



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
FÓRUM DE COMPETITIVIDADE DA BIOTECNOLOGIA**

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA

26 de março de 2010 – 10h
MDIC – Brasília - DF

1. Abertura

O Coordenador suplente do Fórum, Assessor Sergio Figueiredo, deu boas-vindas aos convidados e se desculpou pela ausência do Secretário de Inovação, Prof. Francelino Grando, que se encontrava em missão no exterior. A reunião iniciou com a aprovação da ata da reunião anterior e com a leitura da agenda de reunião.

Foi passada a palavra à Dra. Maria Luisa Leal, Diretora da ABDI, que informou sobre a preparação pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do “Documento Brasil 2022”; sobre a discussão das novas metas para 2014 da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, que precisam ainda ser refletidas no âmbito do governo; sobre o desenvolvimento das agendas setoriais relacionadas à PDP; e sobre a entrada do Dr. Wilker no lugar da Dra. Cleila Pimenta, que passou a tratar das questões da indústria farmacêutica, reconhecendo o trabalho desenvolvido por ela no âmbito do Fórum e do CNB.

2. Apresentações dos Grupos de Trabalho

2.1 GT Industrial e GT Promoção de Negócios

A Coordenadora do GT Industrial, Dra. Márcia Pontes, submeteu o texto de resposta aprovado com relação à questão regulatória levantada junto ao MAPA e solicitou que fosse encaminhado ao CNB. Com relação às possibilidades de cooperação, indicou o interesse dos membros do GT em participar na missão institucional à Singapura; no caso da cooperação com Costa Rica, ficou destacado a necessidade de se tratar das questões legais, como por exemplo a transferência de tecnologia para instalação de uma estrutura similar no Brasil e cooperação para desenvolvimento de

produtos conjunto, uma vez que será apresentada como aos empresários como uma oportunidade de curto prazo para escalonamento de produtos; questionou sobre a forma de cooperação com a Alemanha tendo em vista a participação das empresas e instituições de biotec nacional na Rede alemã; e informou sobre a cooperação de empresas-universidades de MG com a região de Flandres, na Bélgica. No dia 30/03 será a reunião preparatória, quando haverá um evento em MG. Informações serão enviadas aos membros do Fórum pela SECTES/MG.

Informou sobre a divulgação da lista de importação de insumos de biotecnologia (outras enzimas e reagentes) na página do MDIC, mas comentou que após várias tentativas de apoio, ainda falta a análise dos dados. Foi confirmada a importância de ter acesso aos valores e os produtos importados dentro das NCMs de final 9. A representante da ABDI concordou com a sugestão do GT em receber um Termo de Referência para a realização deste estudo de forma a verificar a possibilidade dele ser executado por intermédio da ABDI. O GT irá preparar o Termo de Referência e encaminhá-lo à ABDI.

Com relação à solicitação de que fossem apresentadas críticas e sugestões objetivas com relação aos mecanismos oficiais de fomento e financiamento, foi comentado o efeito negativo da sobreposição das taxas de juros, quando o empréstimo é concedido pela rede de bancos nas operações indiretas do BNDES. O mesmo resulta da exigência de cartas de fiança de altíssimo custo, inacessíveis às micro e pequenas empresas. No caso das taxas, sugeriu-se que o BNDES negocie uma taxa máxima não superior a 50% da taxa praticada no financiamento em questão do BNDES. Sobre a Carta de Fiança, devem-se buscar mecanismos para reduzir o acréscimo de juros referente à sua adoção.

Com respeito às tecnologias, o GT sugeriu que os editais tragam temas amplos e, no caso das especificações, que seja dada prioridade, e não exclusividade, de acordo com as políticas governamentais. Não obstante, alguns temas sugeridos como prioridade são: produção de anticorpos humanizados, células-tronco, proteínas recombinantes, escalonamento, testes clínicos e pré-clínicos, aplicação de bioinformática. Estas propostas serão objeto de consulta complementar.

Sobre o 2º ENCONIT-BIOTEC, sugere-se que a programação do evento contemple temas que incorporem os diferentes níveis de maturidade das empresas quanto ao plano de negócios, bem como as especificidades dos segmentos. Como sugestão, deve-se dividir em grupos

e temas: PI, adaptação do plano de negócios às linhas de financiamento, internacionalização e comercialização.

2.2 GT Saúde

O Coordenador do GT Saúde, Dr. Márcio Bosio, relatou a última reunião do GT, ocorrida em 15 de março na FIESP, na qual compareceu o Presidente da ANVISA para tratar das macro-diretrizes para a regulamentação dos biofármacos. Também foi tratada a organização dos trabalhos daquele GT, estabelecendo como prioridades os procedimentos de pesquisa clínica e a construção da infra-estrutura de escalonamento.

Relatou que os problemas gerais de financiamento se encontram no desconhecimento das linhas de financiamento atuais e a restrita capacidade de endividamento das empresas, hoje limitada em cerca de R\$30 milhões, quando as necessidades de investimento em empresas de biotecnologia para a saúde são em média de R\$300 milhões.

Com relação às tecnologias, sugeriu que os editais não fossem tão específicos. O representante da Abifina, Dr. Marcos Oliveira, interveio afirmando que “o interesse tecnológico do governo deve ser preservado no edital, porém limitado a um dos critérios de priorização dos recursos, que não leve à exclusão de projetos com outros propósitos”. Reclamou da existência de casos nos quais a liberação dos recursos leva mais de um ano, o que impacta a execução do Plano de Negócios da empresa. Ressaltou que, “da maneira como está hoje os editais não alcançam a inovação incremental”.

O Coordenador interveio em seguida para trazer ao Fórum comentários sobre a discussão, velha, mas que tarda em morrer, sobre o valor da inovação incremental versus a radical. Disse que essa distinção não faz sentido; que o papel do governo é promover o desenvolvimento sócio-econômico, em bases sustentáveis, e que o apoio à inovação se dá predominantemente com esta finalidade; que nas avaliações dos comitês dos fundos setoriais ou outras esferas de decisão caberia avaliar qual o benefício da inovação para a empresa: quantificar o aumento de produtividade; avaliar o desenvolvimento ou o crescimento de novos elos da cadeia produtiva; avaliar as vantagens comerciais daquela inovação para a empresa e identificar os ganhos sócio-econômicos para o País. Assim, não faria sentido discutir a priori qual a categoria da inovação, mas sim, avaliar qual seu impacto sobre a sociedade, seja diretamente, seja indiretamente devido aos ganhos de competitividade da empresa.

2.3 GT Agropecuária

A Coordenadora do GT Agropecuária, Dra. Marilena Holanda, informou que pela falta de uma agenda de reuniões do Fórum e do CNB o GT fez sua própria agenda, estando a próxima reunião marcada para depois desta reunião do Fórum. Dessa forma, esse GT irá enviar sua contribuição posteriormente.

3. Rol de tecnologias para fomento público

Foi decidido que as recomendações dos GT, a serem enviadas até 1º de abril, serão encaminhadas à coordenação dos Programas Mobilizadores da PDP, ressaltando a necessidade de ampliar a participação de projetos tanto em termos de limites de recursos quanto em definição das tecnologias alcançadas pelos editais.

4. Críticas e propostas sobre instrumentos de fomento

Foi aberta a palavra a todos os presentes e mais algumas situações foram relatadas:

- alguns editais estabelecem limites de fomento que, ou impedem o financiamento de processos mais simples e baratos de inovação, ou levam a que estes casos sejam “inflados” para caber nos valores do edital;
- com o aumento da demanda por recursos representado pelo alto volume de projetos por edital, constata-se um estrangulamento da capacidade de órgãos como a FINEP em processá-los, causando atrasos;
- foi elogiada a aproximação MDIC-MCT na definição da aplicação dos recursos dos fundos setoriais, em face das diferentes concepções da indústria e academia;
- não deveria haver restrição nos casos de subvenção econômica aos investimentos em equipamentos;
- houve na reunião do CT Biotec, recém ocorrida, uma indicação dos temas escalonamento e rotas biotecnológicas;
- está em andamento uma cooperação com a Dinamarca para recuperação, via aquisição de capital de empresas e de tecnologia, do parque biotecnológico de lá; entretanto, até o momento este tema não faz parte da carteira do BNDES.

5. Cooperações: Alemanha + Singapura + Costa Rica + Bélgica

Com relação às cooperações propostas foi comentado o seguinte:

SINGAPURA: Para a reunião do Fórum, pedimos sugestões de institutos e temas a tratar na missão à Singapura, mas não houve respostas, apenas uma manifestação genérica de interesse. Uma agenda preliminar será preparada e será submetida aos coordenadores do Fórum, aos membros do CNB e ao BRBiotec.

ALEMANHA: A coordenação do Fórum tratará oficialmente com o MRE sobre como formalizar o interesse brasileiro.

COSTA RICA: Foi manifestado o interesse informal em avaliar o potencial do serviço de infra-estrutura de escalonamento oferecido por Costa Rica. Nas discussões ficou claro que não há conflito entre utilizar aquela infra-estrutura e desenvolver nossa própria infra-estrutura.

BÉLGICA: Trata-se de uma missão de iniciativa belga, e pediram para estarmos lá durante o evento que ocorrerá em Minas, de 17 a 21 de maio, com o seminário sobre Biotec no dia 20 de maio. Já avisamos ao BRBiotec e às demais associações.

6. Parcerias para o Enconit-Biotec 2010

A Comissão Organizadora (MDIC/ABIMO/ABDI/APEX/BRBiotec/SEBRAE Nacional) irá se reunir em 30 de março para definir data, local e formato do encontro. O representante da ABIMO já ofereceu instalações e alguns serviços; ABDI ofereceu material para distribuição e preparação (revisão) do site; SEBRAE Nacional ofereceu serviços de consultor; MDIC contribuirá com os demais serviços, banners, etc.

7. Outros assuntos (escalonamento/ sustentabilidade, Bio 2010..)

O representante da ABIFINA relatou sua preocupação para que o Fórum acompanhe o trabalho atual do GT Saúde junto à ANVISA, mas para que não se perca o trabalho anterior do GT Saúde, que tinha um subgrupo sobre marco regulatório. Relatou, também, a organização de um seminário internacional sobre o marco regulatório de biotec, incluindo biossimilares, de forma a permitir que se trouxesse experiência mais além de FDA, considerando o tratamento dado por Índia, Cuba e Suíça.

O representante da BRBiotec informou que a BIO-2010 está sendo organizada pela APEX-Brasil, por intermédio da BRBiotec, entidade fomentada pela própria APEX e que já congrega 28 entidades não governamentais de biotecnologia. Devem estar representadas no estande do Brasil cerca de 25 empresas, mais a FIOCRUZ. Dentro da programação geral haverá uma palestra de 45min na qual serão apresentadas: algumas estatísticas da PDP-Biotec, pelo Coord. do CNB, com a finalidade de demonstrar que há um ambiente favorável à biotec no país; em seguida a BRBiotec apresentará o potencial e a capacidade da indústria brasileira de Biotec; e ao final haverá uma palestra do Presidente da Única sobre biocombustíveis brasileiros. Exortou a todos que estimulassem as empresas a participarem do evento, aumentando, assim a participação brasileira na Feira.

8. Encaminhamentos

O GT Industrial deve preparar Termo de Referência sobre o estudo de insumos importados para apresentação à ABDI. Os coordenadores dos grupos de trabalho prepararão, até 1º de abril, relação das biotecnologias que devem ser objeto de fomento público.

Os coordenadores dos grupos de trabalho prepararão, até 1º de abril, comentários contendo críticas e sugestões concretas em relação aos atuais mecanismos de fomento e financiamento.

A coordenação informará até o dia 15 de abril, com base na agenda de reunião do CNB, as reuniões do Fórum para 2010.

9. Encerramento

A reunião foi encerrada às 13h30 pelo Coordenador suplente.

Brasília, 30 de março de 2010.